

Iniciativa Internacional de Proteção do Clima 2016

Proposta de Projeto

ao

Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB)

Apoio ao Brasil na Implementação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima

Versão final

apresentada por

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Devem ser juntados os seguintes anexos:

<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo 1: Parceiros de execução/subcontratados
-------------------------------------	---

Dr. Dirk Aßmann
Coordenação BMUB Ásia/Pacífico, América
Latina e Caribe

Local, Data

Mohamed El-Khawad
Direção Escritório de Ligação BMUB

1 Dados gerais			
1.1 Projeto	Assinatura	16_II_137_BRA_G_NAP Brasil	
	Título do projeto	Apoio ao Brasil na Implementação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	
	País(es) executor(es)	Brasil	
	Duração	09/16 – 02/21	
	Financiamento BMUB	2016:	280.000,00 €
		2017:	1.150.000,00 €
		2018:	1.200.000,00 €
		2019:	1.200.000,00 €
		2020:	1.100.000,00 €
		2021:	70.000,00 €
		2022:	0,00 €
		Subtotal	5.000.000,00 €
		Financiamento total	5.000.000,00 €
		Contrapartidas	2.000.000,00 €
1.2 Proponente	Nome	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH	
	Departamento	América do Sul	
	Rua, nº	Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5	
	CEP, Local	65760 Eschborn	
	País	Alemanha	
	Contato	Dr. Dirk Assmann	
	Telefone	+49 6196 79 1232	
	Telefax	+49 6196 7980 1232	
	E-mail	dirk.assmann@giz.de	
	Site	www.giz.de	
	Instituição	Organização executora da cooperação	
	Natureza jurídica	GmbH (Sociedade por cotas de responsabilidade limitada)	
	Utilidade pública	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Número total de funcionários	16.410 (31/12/2014)	
	Equipe do projeto	1 coordenador do projeto (54 meses), 1 perito internacional júnior (51 meses), 2 peritos nacionais (100 meses), 1 assistente administrativo nacional (54 meses), e 1 perito nacional via licitação local (44 meses)	
	Ano de fundação	1975 / 2011	
Movimentação de recursos [Euros/ano]	1.959.324.193 Euros (2014)		

	<p>Experiência na região alvo [anos] 40 anos</p> <p>Experiência em atividades relevantes para o projeto [anos] 20 anos</p> <p><u>Papel / função do proponente no âmbito do projeto</u> A Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH assume o papel de organização executora por delegação do BMUB.</p>
1.3 Parceiros para a consolidação no país executor / na região alvo	<p>Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA) José Domingos Gonzalez Miguez, diretor da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental Email: jose.miguez@mma.gov.br Tel +55 61 2028-2025/2019/2250 Fax: +55 61 2028-2908 SEPN 505 Bloco "B" Edifício Marie Prendi Cruz 2º andar Sala 202-, 70730-542-Brasília - DF.</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é responsável pela coordenação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a qual inclui a agenda nacional de adaptação. Esta última tem como marco central o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), instrumento de planejamento presente na INDC brasileira. O PNA foi aprovado em maio de 2016. A estrutura organizacional do MMA abriga o tema em sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), no Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental (DLAA).</p> <p>A presente proposta foi elaborada em conjunto pelo MMA e a GIZ, além dos parceiros previstos para a implementação do projeto que foram consultados.</p> <p>Com a assinatura do convênio, o MMA terá, como responsável político, o direito de solicitar os serviços a serem executados diretamente à GIZ. A GIZ e o responsável político irão regulamentar os detalhes em um contrato de execução. O Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) pode exercer seus direitos provenientes do contrato, especialmente aqueles decorrentes do acordo-quadro, sem anuência do responsável político MMA.</p>
1.4 Parceiros executores e subcontratados ¹	<p>1. Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental (DLAA)</p> <ul style="list-style-type: none"> • <input checked="" type="checkbox"/> Parceiro executor <input type="checkbox"/> Subcontratado • <u>Competências e experiências relevantes para o projeto</u> O MMA coordena, desde 2013, a elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Neste processo foram desenvolvidas capacidades humanas e institucionais na área temática da adaptação à mudança do clima. Após aprovação do PNA, estas capacidades irão subsidiar a implementação do plano. • <u>Papel / função no âmbito do projeto</u> O MMA é o responsável político e o principal parceiro executor do projeto. O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental é responsável pela coordenação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima e do PNA. Neste contexto, o MMA tem como principal tarefa o aprimoramento das condições-quadro para a implementação do PNA, por exemplo através da dis-

¹ Os dados básicos devem ser complementados para todos os parceiros e subcontratados no Anexo 1. Consulte esclarecimentos sobre as diferenças entre parceiros executores e subcontratados na folha de instruções "Perguntas frequentes sobre solicitações".

ponibilização de instrumentos, processos e mecanismos de troca entre atores relevantes para a adaptação à mudança do clima.

2. Pelo menos 2 ministérios setoriais

- Parceiro executor Subcontratado
- Neste momento, ainda não é possível a definição dos ministérios setoriais como parceiros executores. Isto se deve, primeiramente, ao fato de o Plano ter sido aprovado apenas em meio de 2016 e, em segundo lugar, pela necessidade de que se execute um ampla avaliação tecnicamente fundamentada por ministérios setoriais muito diferentes, visando a priorização das iniciativas setoriais a serem apoiadas. Este processo está previsto para a fase inicial de implementação do projeto. Dos setores mencionados no NAP (vide abaixo), pelo menos dois serão selecionados. Critérios importantes para o processo de seleção serão, por exemplo: grau de vulnerabilidade, potencial efeito de alavancagem para a adaptação, vontade política / interesse de cooperação, conhecimento técnico de implementação, sinergias com projetos em andamento / em planejamento da cooperação internacional, considerando especialmente medidas apoiadas pelo BMUB.

• Competências e experiências relevantes para o projeto

As competências e experiências variam em função da escolha dos parceiros executores. Os setores mencionados no PNA (vide abaixo) possuem a prerrogativa de implementar as medidas de adaptação. Para isso eles dispõem de instrumentos políticos e de planejamento, assim como de programas de fomento, os quais serão utilizados como ponto de partida para a transversalização (mainstreaming) da adaptação à mudança do clima. Por meio do seu envolvimento direto na elaboração dos seus respectivos capítulos setoriais no PNA, estes setores já estão sensibilizados, pelo menos parcialmente, para o tema da adaptação. Porém, os ministérios setoriais ainda não dispõem de capacidades e instrumentos suficientes para a implementação do PNA. Apenas em poucos casos existem experiências concretas de adaptação à mudança do clima.

• Papel / função no âmbito do projeto

Os ministérios setoriais são atores centrais para a implementação do PNA, bem como para a implementação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima como um todo. O projeto apoiará esses atores por meio de ações piloto, para revelar exemplos concretos de processos de transversalização bem-sucedidos, bem como disponibilizar o conhecimento adquirido para outros setores.

3. Pelo menos 2 estados e 2 municípios

- Parceiro executor Subcontratado

A seleção de estados e municípios parceiros ainda não é possível, conforme exposição de motivos descritos no item anterior (vide ministérios setoriais). O processo de seleção será realizado analogamente na fase inicial do projeto.

• Competências e experiências relevantes para o projeto

Tanto as competências como as experiências irão variar em função dos parceiros selecionados. Tendo em consideração que decisões sobre medidas de adaptação frequentemente são tomadas em nível local, a responsabilidade principal de implementação destas medidas também reside em níveis administrativos inferiores. Os processos de planejamento e tomada de decisão, assim como as políticas públicas e programas envolvidos nestas decisões, servirão como pontos de partida para os instrumentos de transversalização das medidas de adaptação à mudança do clima. Cabe ressaltar que os estados foram parcialmente envolvidos no processo de elaboração do PNA, portanto alguns estão sensibilizados. Já os municípios não tiveram envolvimento direto no processo. Entretanto, tanto a consulta pública como as apresentações regionais do PNA ofereceram oportunidade para que os municípios apresentassem suas experiências e contribuições ao Plano. Alguns municí-

pios já dispõem de experiências concretas de adaptação, muitas vezes em função do seu alto grau de vulnerabilidade frente à mudança do clima.

- Papel / função no âmbito do projeto

Em estados e municípios selecionados, exemplos concretos de implementação do PNA (transversalização da adaptação em políticas públicas, estratégias, processos de tomada de decisão, aprimoramento da base de conhecimento para a tomada de decisão através de diferentes análises do contexto, etc.) serão apoiados e sistematizados. Em seguida, estes serão disponibilizados a outros atores da adaptação.

4. Pelo menos 01 rede do setor privado a ser selecionada das Iniciativas Empresariais em Clima. Fazem parte desta iniciativa:

- Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do CEBDS (CT Clima)
- Plataforma Empresas pelo Clima do GVces (EPC)
- Fórum Clima – Ação Empresarial sobre Mudanças Climáticas do Instituto Ethos
- Rede Clima da Indústria Brasileira da CNI: A Confederação Nacional da Indústria (CNI)

- Parceiro executor Subcontratado

- Competências e experiências relevantes para o projeto

As Iniciativas Empresariais em Clima (IEC) reúnem empresas com competências e interesses diferenciadas na área da mudança do clima. No início da implementação do projeto, as possibilidades e de cooperação com as quatro redes mencionadas acima serão analisadas e pelo menos uma rede será escolhida como parceiro executor.

- Papel / função no âmbito do projeto

Implementação das atividades com relevância para o setor privado no âmbito do Output 3. Aporte de uma visão empresarial. Realização de projetos pilotos sobre métodos e sensibilização de empresas para riscos climáticos.

5. Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) e possivelmente outras associações da sociedade civil

- Parceiro executor Subcontratado

- Competências e experiências relevantes para o projeto

O FBMC foi fundado em 2000 e tem como objetivo sensibilizar a sociedade civil brasileira sobre temas relacionados à mudança do clima. O Fórum é composto não apenas por representantes da sociedade civil, mas também da comunidade científica e do governo. O seu mandato é bastante amplo, abrangendo a assessoria do governo sobre políticas públicas de mudança do clima até a divulgação do conhecimento sobre a mudança do clima na educação escolar. No âmbito do processo de elaboração do PNA, o FBMC exerceu papel extremamente ativo por meio das suas contribuições na consulta pública. Em vários estados já existem sucursais estaduais do FBMC – a criação de outras está prevista.

- Papel / função no âmbito do projeto

O FBMC tem o papel de apoiar a sensibilização da sociedade civil sobre temas relacionados à adaptação à mudança do clima (output 3).

6. Subcontratados serão selecionados por meio de licitações. Os subcontratados trabalharão nos Outputs 1 a 3. Candidatos potenciais são principalmente *think tanks* brasileiros, consultorias e instituições científicas, como por exemplo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

- Parceiro executor Subcontratado

- Competências e experiências relevantes para o projeto

	<p>Competências e experiências trabalhando na área da adaptação do setor privado e da sociedade civil assim como no desenvolvimento de instrumentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Papel / função no âmbito do projeto</u> <p>Implementação de atividades específicas do projeto nos Outputs 1 a 3.</p>
--	--

2 Classificação do projeto

2.1	Certificados de emissões	<p>Através dos recursos de fomento BMUB são financiadas diretamente ações de redução do efeito estufa e/ou sumidouro de carbono, as quais vão contribuir para a geração de certificados de redução de emissão, créditos de carbono ou certificados de compensação de CO2 de qualquer natureza:</p> <p>sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Caso positivo, esta parcela de certificados gerados será mantida permanentemente em um registro próprio em favor da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima:</p> <p>sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/></p>
2.2	Informações adicionais para a classificação do projeto nas áreas fomentadas II-IV	<p><u>Para projetos das áreas fomentadas de adaptação (II), conservação e uso sustentável dos sumidouros de carbono naturais/REDD+, (III) e diversidade biológica (IV):</u></p> <p>Em qual grupo ou grupos de ecossistemas o projeto tem atuação predominante? (é possível marcar mais de uma opção)</p> <p>Uma seleção de estados e municípios, nos quais o projeto terá atuação direta, ocorre somente no início da sua fase de implementação. Por isso, não é possível citar os ecossistemas neste item. Deve-se presumir que a região de atuação do projeto englobará diversos ecossistemas.</p> <p><input type="checkbox"/> Água doce, zonas úmidas, lagos e rios</p> <p><input type="checkbox"/> Florestas</p> <p><input type="checkbox"/> Campos, savanas e desertos</p> <p><input type="checkbox"/> Oceanos e litorais</p> <p><input type="checkbox"/> Montanhas</p> <p><input type="checkbox"/> Agricultura</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outros: O projeto apoia a programação política de medidas de adaptação à mudança do clima, com relevância para todos os ecossistemas reconhecidos como relevantes no processo.</p> <p><u>Para projetos das áreas fomentadas de biodiversidade (IV) bem como projetos relevantes para a diversidade biológica das áreas fomentadas de adaptação (II), conservação e uso sustentável de sumidouros de carbono naturais/REDD+, (III):</u> Metas do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) 2011 até 2020 (metas AICHI)</p> <p>Para quais das 20 metas AICHI o projeto contribui? Favor mencionar aqui no máximo 3 metas para as quais o projeto atua principalmente para que sejam alcançadas².</p> <p>Meta 2: Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento, redução de pobreza e procedimentos de planejamento, e estarão sendo incorporados nas contas nacionais e sistemas de relatoria, conforme o caso.</p> <p>Meta 14: Até 2020 os ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive</p>

²Uma visão geral das metas você encontra, se necessário, no site da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) em: <http://www.cbd.int/sp/targets/>

	<p>serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades de mulheres, povos indígenas e comunidades locais, bem como de grupos populacionais pobres e vulneráveis.</p> <p>Meta 15: Até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15 por cento dos ecossistemas degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação à mudança de clima e para o combate à desertificação.</p>
--	---

<h3>3 Resumo</h3>	
<p>3.1 Resumo estruturado</p>	<p>O projeto em tela, a ser executado conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil através da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação, por exemplo, com o auxílio de instrumentos de gestão no monitoramento da adaptação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (<i>mainstreaming</i>) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementados. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.</p>

<h3>4 Concepção do projeto</h3>	
<h4>4.1 Situação inicial</h4>	
<p>4.1.1 Situação inicial na região alvo</p>	<p>Ao longo dos últimos anos o Brasil registrou repetidamente eventos extremos de magnitude e impacto extraordinário. Em diferentes regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos de encostas. Na Amazônia foram observadas enchentes de amplitudes sem precedentes. Períodos de seca extrema resultaram em perdas agrícolas no Nordeste, em falta de água potável inédita no Sudeste e, na região central do Brasil, em um aumento de incêndios florestais. Adicionalmente, eventos de seca prolongada e redução da disponibilidade hídrica ocasionaram a redução da geração hidrelétrica e uma crise energética temporária.</p> <p>Segundo o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e de acordo com informações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>, IPCC), pesquisas científicas confirmam as seguintes alterações climáticas, observadas ao longo das últimas décadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de dias com chuvas acima de 30 mm na região sudeste do Brasil durante as últimas décadas; • Aumento da temperatura do mar no Atlântico Sul e mudanças na salinidade ao longo das últimas décadas; • Aumento na ocorrência, intensidade e influência dos eventos de El Niño e La Niña no clima continental do país; • Aumento do número e da intensidade de eventos extremos; • Aumento da temperatura média entre 1901 e 2012 de até 2,5°C na região costeira do Brasil. <p>Dependendo dos modelos e cenários climáticos, até o final do século estão previstos aumentos da temperatura de até 6,7°C, na região amazônica até mesmo de 8°C (<i>worst-case</i>, IPCC WG II AR 5, 2015). Porém, aumentos de temperatura muito menos drásticos já deverão ampliar a ocorrência e magnitude de eventos climáticos extremos. Diante deste quadro, o PBMC prevê consideráveis impactos econômicos, sociais e ecológicos nas diferentes regiões do país.</p>

Como reação, o governo brasileiro desenvolveu uma agenda de adaptação à mudança do clima. O desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), a partir do início de 2013, constitui um marco importante e uma concretização dessa agenda. O PNA foi aprovado em maio de 2016. O plano complementará a política brasileira sobre mudança do clima com um instrumento importante na temática da adaptação. No passado, o foco dessa política estava voltado primordialmente para o tema da mitigação.

O PNA é subdividido em duas partes. A primeira parte geral descreve o contexto histórico, bem como os impactos climáticos já conhecidos e esperados. A partir daí é formulado um objetivo geral, assim como uma visão e objetivos específicos, além de setores e regiões prioritárias.

O **objetivo geral do PNA** é promover a gestão e a redução do risco climático no país frente aos efeitos adversos da mudança do clima, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

A **visão do Plano** é que aqueles setores de políticas do Governo Federal, considerados vulneráveis aos impactos da mudança do clima nos próximos quatro anos, possuam estratégias estruturadas para a gestão do risco climático.

Além disso, o PNA define três **objetivos específicos**, transversais aos diferentes setores abrangidos pelo Plano:

1. Fomentar a disseminação da base de conhecimento sobre o risco climático e o desenvolvimento de medidas de capacitação de entes do governo e da sociedade civil para a gestão do risco climático ;
2. Promover a coordenação e cooperação entre os órgãos públicos;
3. Identificar medidas de adaptação prioritárias.

Por fim, o **PNA prioriza 11 setores ou regiões** consideradas especialmente vulneráveis: agricultura, biodiversidade e ecossistemas, cidades e desenvolvimento urbano, gestão de riscos e desastres naturais, indústria e mineração, infraestrutura, povos indígenas e populações vulneráveis, recursos hídricos, saúde, segurança alimentar e, zonas costeiras.

Para os três objetivos específicos mencionados acima, como também para os setores ou regiões prioritários, são definidas medidas com indicadores e impactos esperados.

O Parte II do PNA, específica para cada setor, descreve as respectivas estratégias para os setores priorizados com um grau de detalhamento bastante variado.

O plano prevê a colaboração entre atores estatais, não estatais e do setor privado. Assim como o Plano Plurianual, o PNA deve ter duração de 2016 a 2019.

O PNA, em suas Partes I e II, identifica **vários desafios**:

A elaboração do PNA evidenciou a necessidade de **informações sistematizadas e de fácil acesso sobre os impactos da mudança do clima voltadas para os tomadores de decisão**. Contudo, o potencial do Brasil para remediar esta situação e aprimorar a sua base de conhecimentos é considerado como extremamente alto, pois o país conta com uma área de ciências climáticas renomada e de relevância mundial, que dispõe de seus próprios modelos climáticos.

A implementação exitosa do PNA requer a cooperação ativa assim como a disposição para implementar o plano em todo os níveis de governo (nacional, setorial, estadual e municipal), tratando-se dos atores principais para a efetivação de estratégias de adaptação. Por enquanto, há uma lacuna em termos de **mecanismos eficazes de coordenação**. Apenas no âmbito federal existe um fórum de alto nível, o Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx-CIM), com atuação decisiva na elaboração do PNA. Também foi criado um mecanismo

de coordenação entre atores estaduais, o Grupo de Trabalho (GT) Adaptação do Núcleo de Articulação Federativa para o Clima, embora trate-se de iniciativa informal utilizada poucas vezes até o momento. Em nível municipal ainda não há mecanismos de coordenação. Da mesma forma, ainda não foi institucionalizado a articulação entre os três níveis administrativos. Ao mesmo tempo, a colaboração entre estes atores será decisiva para a implementação exitosa do PNA. Esta necessidade se revela, entre outras, na necessidade de desenvolvimento de espaços de troca, aprendizagem e inovação sistemáticas entre os atores relevantes para a adaptação – mesmo em uma situação onde já existem experiências de adaptação individuais e interessantes no Brasil. Adicionalmente, uma condição *fundamental* para viabilizar estes espaços ainda não é dada: o conhecimento sobre onde acontece adaptação e quão exitosa ela é. Desta maneira, a criação de um sistema de monitoramento eficaz do PNA, fornecendo este tipo de informação, destaca-se como uma prioridade do plano.

Além disso, a implementação do PNA requer recursos financeiros. Os respectivos níveis administrativos dispõem de orçamentos próprios. No entanto, outrossim existem apenas poucas possibilidades de fomento para a adaptação e o poder público não desenvolveu incentivos financeiros para a redução de riscos climáticos. Diante deste quadro o PNA prevê a elaboração de uma estratégia de financiamento e a criação de mecanismos de incentivo econômico para o fomento de medidas concretas de adaptação.

Devido à sua riqueza em termos de recursos naturais, espera-se que muitas dessas medidas concretas de adaptação no Brasil sejam baseadas em **abordagens ecossistêmicas** – as chamadas medidas de adaptação baseada em ecossistemas (AbE). Já foram realizados importantes trabalhos preparatórios nesta temática (p.ex. por meio do projeto bilateral IKI “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica”), ainda assim existe uma lacuna quanto a experiências e exemplos sistematizados nos diferentes biomas brasileiros. Conforme o PNA, a promoção dessa abordagem está sob responsabilidade do MMA.

Como o tema da adaptação à mudança do clima é ainda muito novo no Brasil, há necessidade de desenvolver ações de **conscientização do problema e desenvolvimento de capacidades técnicas dos diferentes atores** sobre o tema. É importante a disseminação de conhecimentos básicos sobre a adaptação à mudança do clima, como também sobre a operacionalização do tema nos seus respectivos contextos de trabalho, por exemplo quanto à consideração de riscos climáticos em políticas, estratégias ou programas de fomento. Também há necessidade de desenvolver instrumentos práticos para a gestão de riscos climáticos em processos concretos de planejamento, tomada de decisão e implementação. Ademais, poucos casos de sucesso estão disponíveis sobre a transversalização de medidas de adaptação nos diferentes níveis administrativos. A fim de impulsionar a implementação do PNA em todo o território nacional, serão necessários **exemplos exitosos de implementação nos setores, estados e municípios**.

Da mesma maneira, não são apenas instituições do setor público mas também **atores não governamentais, tais como empresas e associações em setores vulneráveis, organizações não governamentais e indivíduos, que devem assumir um papel importante na redução dos riscos climáticos no Brasil**. Espera-se que a contribuição desses atores nos esforços de adaptação seja bastante significativa. Podem citar-se alguns exemplos: cadeias de valor devem ser resilientes frente à mudança do clima, alterações climáticas futuras devem ser tomadas em conta em decisões sobre a localização para investimentos, os requisitos quanto ao dimensionamento e a qualidade de infraestrutura industrial tem de ser avaliados à luz de projeções climáticas futuras, indivíduos provavelmente terão que considerar medidas para reduzir riscos climáticos na construção das suas casas. Porém, ainda há pouca consciência por parte dos tomadores de decisão para uma atuação concreta, devido à falta de conhecimentos sobre a mudança do clima e a relevância das alterações climáticas. Também ainda há poucos dados e análises sobre evidências econômicas comprovando a necessidade de adaptação, assim como o custo-benefício de antecipar medidas que contribuam para a redução do risco associado à mudança do clima.

	<p>Tratando-se de uma temática relativamente recente no Brasil quando comparado com outros países, existe um grande potencial para trocas de experiências, não apenas em nível nacional, mas também internacional. Intercâmbios que também permitirão ao Brasil compartilhar suas próprias experiências na implementação do PNA em fóruns internacionais.</p> <p>Neste contexto, o projeto fortalece a implementação do PNA do Brasil, na medida em que desenvolve capacidades, fomenta processos centrais de coordenação e apoio, fornece exemplos de técnicas e métodos de implementação inovadores, dissemina conhecimento relevante para a tomada de decisão e sensibiliza atores, permitindo a implementação de fato da agenda de adaptação no país.</p>
<p>4.1.2 Integração do projeto nas estratégias do país alvo</p>	<p>O projeto apoia o Brasil na implementação de sua agenda de adaptação à mudança do clima. Esta agenda é um elemento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O Plano Nacional de Adaptação (PNA) é o instrumento político principal da agenda de adaptação (descrição detalhada vide 4.1.1). Desde 2013, o PNA foi elaborado pelo Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx-CIM), sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), oficializado por meio da Portaria do MMA n. 150 de maio de 2016. <i>Um anteprojeto foi submetido ao processo de consulta pública. A versão final foi aprovada em maio de 2016 através de uma portaria (nº 150) do MMA. Cabe ressaltar que o PNA encontra-se alinhado, no que se refere a iniciativas para adaptação à mudança do clima, ao Plano Plurianual 2016-2019.</i></p> <p>O tema “adaptação” tem papel de peso na INDC brasileira, assumida pelo país na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>, UNFCCC) realizada em Paris. O PNA está destacado como instrumento político central para os esforços brasileiros de adaptação. Nas discussões internacionais, o Brasil tem contribuído ativamente para os processos <i>UNFCCC NAP Expo</i> e <i>NAP Global Network</i> – e o país pretende continuar divulgando as suas experiências em redes internacionais no futuro.</p> <p>Como o tema da adaptação é relativamente recente no Brasil e com a pressão crescente de agir devido às alterações e impactos da mudança do clima, atualmente a implementação bem-sucedida do PNA é uma das mais altas prioridades do MMA. A abordagem do PNA consiste não só em elaborar/atualizar os planos setoriais / regionais individuais para a adaptação, mas também em integrar necessidades de adaptação nos planos, estratégias, políticas e processos de tomada de decisão existentes nos diversos níveis de governo (transversalização).</p> <p>O desejo, por parte do MMA, de contar com o apoio alemão para os esforços de adaptação foi apresentado reiteradamente para o BMUB.</p> <p>O projeto foi elaborado em estreita articulação com o MMA.</p>
<p>4.2 Objetivos e impactos do projeto</p>	
<p>4.2.1 Grupo alvo</p>	<p>O grupo alvo do projeto é formado pelos funcionários das organizações estatais e não estatais com relevância para a adaptação no Brasil. Entre estas estão os ministérios federais, principalmente o MMA com sua função central na coordenação da elaboração do PNA, mas também ministérios setoriais selecionados que assumem tarefas importantes de planejamento e implementação no âmbito da agenda nacional de adaptação e do PNA. O grupo alvo inclui ainda as administrações públicas em nível estadual e municipal, como também, se for o caso, entes locais relevantes (comitês de bacias hidrográficas, conselhos das unidades de conservação, corredores ecológicos, etc.). Finalmente devem ser incluídas as organizações não estatais, instituições de pesquisa e associações do setor privado, visto que a agenda de adaptação envolve ações coordenadas com a sociedade civil e o setor privado.</p> <p>Na presente fase de preparação do projeto ainda não é possível a seleção definitiva dos ministérios setoriais, estados e municípios que serão parceiros nas atividades diretamente desenvolvidas pelo projeto. Isto se deve, por um lado, ao fato de que o PNA foi aprovado apenas em maio de 2016. Por outro lado, trata-se de um</p>

	<p>processo de seleção politicamente sensível, que demanda tempo e recursos. Este processo estruturado de seleção deverá ser realizado nos primeiros seis meses de implementação do projeto (para os ministérios setoriais e estados) e nos primeiros 12 meses para os municípios. Neste contexto, os seguintes critérios deverão ser considerados: grau de vulnerabilidade, potencial efeito de alavancagem para a adaptação, vontade política / interesse de cooperação, conhecimento técnico de implementação, sinergias com projetos da cooperação internacional existentes, principalmente projetos IKI, etc. Indiretamente, outros ministérios setoriais, estados e municípios também poderão ser beneficiados pelos serviços realizados, conhecimentos produzidos e lições aprendidas do projeto.</p> <p>O grupo alvo indireto é a população brasileira, a qual será beneficiada pela implementação bem-sucedida do Plano Nacional de Adaptação através da redução dos riscos climáticos e do aproveitamento das oportunidades advindas da mudança do clima. No âmbito do PNA, trata-se especialmente das populações especialmente vulneráveis, sendo que com relação à vulnerabilidade os aspectos de gênero e também a capacidade adaptativa recebem uma atenção especial. .</p>
4.2.2 Impactos (efeitos de longo prazo)	<p>O apoio oferecido pelo projeto na implementação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima contribui para uma melhor integração de riscos climáticos em estratégias, planos e programas de fomento brasileiros, sejam elas setoriais ou nos diferentes níveis de governo. Além disso, espera-se um aumento da consciência sobre os riscos e necessidades de adaptação, como também das capacidades de gestão de riscos climáticos por meio de instrumentos concretos e medidas de adaptação. Por fim, a coordenação, a cooperação e a troca de experiências entre atores relevantes para a adaptação será aprimorada nos diversos níveis. A consideração especial de medidas de Adaptação baseadas em Ecossistemas (AbE) terá um impacto positivo sobre a conservação da biodiversidade e a manutenção de serviços ecossistêmicos. Tudo isso em conjunto leva a uma adaptação eficiente e eficaz e, assim, a uma redução sistemática da vulnerabilidade de pessoas e ecossistemas frente aos efeitos negativos da mudança do clima no Brasil.</p>
4.2.3 Apresentação da lógica de impacto do projeto	<p>O projeto visa contribuir para aumentar a resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da agenda nacional de adaptação à mudança do clima (Outcome). Para que este objetivo seja atingido, especialmente onde há maiores riscos climáticos, os tomadores de decisão precisam adotar medidas de adaptação ou redução de riscos.</p> <p>Em um país com um área aprox. igual à Europa e mais de 200 milhões de habitantes, o projeto irá apoiar medidas piloto com efeito catalisador. Em setores, estados e municípios selecionados, assim como no setor privado e na sociedade civil, serão testados, desenvolvidos e aprimorados abordagens e métodos para a adaptação replicáveis e com efeito estruturante. Para que isso seja possível, tanto na esfera governamental quanto não governamental, existe a necessidade de definição de muitos pré-requisitos.</p> <p>As necessárias diretrizes políticas estão definidas pelo PNA desde maio de 2016. Uma condição para a respectiva implementação é que haja uma coordenação efetiva entre os atores relevantes, assim como a disponibilização de processos e instrumentos por parte da instituição politicamente responsável, o MMA (Output 1). Neste contexto, o projeto apoia o ministério em suas tarefas centrais. Entre estas está o fortalecimento de mecanismos de coordenação e fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governo, a fim de garantir os processos de articulação e fluxos de informação necessários, possibilitar aprendizagem e inovação e criar condições para a ampliação de escala de abordagens de adaptação bem-sucedidas (<i>upscaling</i>).</p> <p>Uma estratégia de desenvolvimento de capacidades para a implementação do PNA é aprimorada, identificando os principais atores nos diferentes níveis administrativos e no setor não estatal, bem como suas necessidades em termos de desenvolvimento de capacidades. A implementação da estratégia também recebe apoio.</p> <p>Uma atenção especial deve ser dedicada à temática da Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), que será tratada como tema transversal no projeto. Com base em experiências existentes (p.ex., o projeto apoiado pelo BMUB Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica) são compiladas informações sobre exemplos de melhores práticas de medidas de AbE, assim como são desenvolvidos</p>

	<p>argumentos relativos às respectivas vantagens em comparação com medidas de infraestrutura cinza (p.ex., recuperação da vegetação em encostas versus contenção por meio de construções físicas). Estas informações são disponibilizadas para os diversos processos de tomada de decisão sobre a adaptação à mudança do clima. Dessa forma, o número de medidas de AbE implementadas no âmbito do PNA poderá ser aumentado.</p> <p>A fim de tornar mensurável o progresso da implementação do PNA (objetivo importante do PNA), será apoiado o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação (M&A). As lições aprendidas na implementação do PNA serão continuamente avaliadas e introduzidas em diferentes plataformas de aprendizagem e troca de conhecimentos em níveis nacional e internacional. Elas também serão inseridas em discussões nacionais e internacionais por meio da elaboração de uma estratégia de comunicação. Além disso, as lições aprendidas servirão como insumo na revisão do PNA (duração do PNA atual até 2019, com provável revisão no mais tardar a partir de 2018), a fim de eliminar as deficiências identificadas e aumentar a eficácia a médio prazo.</p> <p>Outro pressuposto central da ação governamental no âmbito da adaptação é que ministérios setoriais, estados e municípios selecionados tenham a capacidade de considerar riscos climáticos em suas políticas e estratégias, e de implementar medidas concretas de adaptação em nível local (Output 2). Ao início do projeto, os parceiros nos diferentes níveis administrativos (ministérios setoriais, estados e municípios) serão selecionados com base em uma lista de critérios pré-definidos. Um levantamento dos processos administrativos no setor público nos três níveis de governo, com vista para necessidades de avaliações do risco climático e medidas de adaptação, fornecerá insumos importantes para atividades subsequentes do projeto. Os parceiros do projeto devem ser capacitados – através de diferentes metodologias e análises de contexto – para considerar riscos climáticos em nível político (políticas, planos, estratégias) e em nível operacional, nos diferentes processos de planejamento, tomada de decisão e implementação. Nesse sentido podem ser incluídas, de acordo com as demandas dos parceiros, análises de impacto e vulnerabilidade, análises de custo-benefício da adaptação, análises de pontos de entrada (<i>Entry Point</i>) para a consideração de riscos climáticos em processos de planejamento e decisão, bem como métodos de gestão de riscos e o acompanhamento no processo de formulação de estratégias, acompanhados de medidas correspondentes de desenvolvimento de capacidades. Com isso será possível implementar medidas inovadoras e replicáveis de adaptação (inclusive com enfoque ecossistêmico).</p> <p>A ação de atores do setor público por si só não será suficiente para aumentar a resiliência climática do Brasil de forma substancial. A compreensão da necessidade da adaptação e o engajamento de atores não estatais e do setor privado são requisitos indispensáveis. Nesse contexto, atores centrais do setor privado e da sociedade civil precisam ser sensibilizados quanto às oportunidades e riscos da mudança do clima (Output 3). Portanto, estudos específicos devem ser elaborados, incentivos e barreiras analisados, e avaliações da rentabilidade de medidas de adaptação realizadas. Com base nisso, estratégias de sensibilização do setor privado e da sociedade civil quanto a oportunidades e riscos da mudança do clima devem ser desenvolvidas e medidas selecionadas devem ser apoiadas. Ademais, no setor privado também devem ser realizadas medidas piloto com instrumentos de gestão de risco, aproveitando possíveis sinergias com os instrumentos no Output 2. O estabelecimento ou aprimoramento de estruturas institucionais para tratar temas relacionados à adaptação deve fortalecer a sustentabilidade desse Output – como, por exemplo, o desenvolvimento de alianças e fóruns na esfera estadual.</p> <p>As diversas experiências-piloto dos componentes 2 e 3 são sistematizadas e divulgadas por meio de trabalhos de comunicação, como também através dos respectivos fóruns de intercâmbio do componente 1, tendo em vista a ampliação de escala (<i>upscaling</i>) e o seu aproveitamento por atores não diretamente envolvidos no projeto.</p>
4.2.4 Outcome (objetivo superior do projeto) com in-	<p>Outcome:</p> <p>A contribuição para a implementação efetiva da agenda nacional de adaptação à</p>

<p>dicadores</p>	<p>mudança do clima aumentará a resiliência climática do Brasil.</p> <p>Indicadores para o Outcome</p> <table border="1" data-bbox="467 237 1453 943"> <tr> <td colspan="3" data-bbox="467 237 1453 439"> <p>Indicador Outcome 0.1:</p> <p>Número de instrumentos de políticas públicas, novas ou aperfeiçoadas com apoio do projeto no contexto da implementação do PNA, voltados para o enfrentamento da mudança do clima. (idêntico ao indicador padrão de <i>Capacity Policies</i>)</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="467 439 756 786"> <p>Unidade</p> <p>Instrumentos de políticas pública para a adaptação em setores relevantes, estados e municípios selecionados</p> </td> <td data-bbox="756 439 1002 786"> <p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p> </td> <td data-bbox="1002 439 1453 786"> <p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>6</p> <p>(com exclusão dos instrumentos de políticas públicas relativos aos Planos Setoriais; estes são considerados no indicador do projeto 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais)</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="3" data-bbox="467 786 1453 943"> <p>Fontes de verificação:</p> <p>Instrumentos de políticas públicas para a adaptação, bem como documentação dos respectivos processos de apoio do projeto, que contribuirão para a sua elaboração.</p> </td> </tr> </table> <table border="1" data-bbox="467 992 1453 1518"> <tr> <td colspan="3" data-bbox="467 992 1453 1193"> <p>Indicador Outcome 0.2:</p> <p>Número de medidas de adaptação induzidas pelo projeto e replicáveis (sempre quando possível, medidas de adaptação baseada em ecossistemas), que foram realizadas e sistematizadas e cuja eficácia para aumentar a resiliência climática é indicada.</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="467 1193 756 1384"> <p>Unidade</p> <p>Medidas de adaptação realizadas por atores estatais e não estatais</p> </td> <td data-bbox="756 1193 1002 1384"> <p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p> </td> <td data-bbox="1002 1193 1453 1384"> <p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>10</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="3" data-bbox="467 1384 1453 1518"> <p>Fontes de verificação:</p> <p>Medidas de adaptação (com impacto/eficácia comprovado) documentadas e sistematizadas, bem como os respectivos processos de apoio do projeto.</p> </td> </tr> </table>	<p>Indicador Outcome 0.1:</p> <p>Número de instrumentos de políticas públicas, novas ou aperfeiçoadas com apoio do projeto no contexto da implementação do PNA, voltados para o enfrentamento da mudança do clima. (idêntico ao indicador padrão de <i>Capacity Policies</i>)</p>			<p>Unidade</p> <p>Instrumentos de políticas pública para a adaptação em setores relevantes, estados e municípios selecionados</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>6</p> <p>(com exclusão dos instrumentos de políticas públicas relativos aos Planos Setoriais; estes são considerados no indicador do projeto 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais)</p>	<p>Fontes de verificação:</p> <p>Instrumentos de políticas públicas para a adaptação, bem como documentação dos respectivos processos de apoio do projeto, que contribuirão para a sua elaboração.</p>			<p>Indicador Outcome 0.2:</p> <p>Número de medidas de adaptação induzidas pelo projeto e replicáveis (sempre quando possível, medidas de adaptação baseada em ecossistemas), que foram realizadas e sistematizadas e cuja eficácia para aumentar a resiliência climática é indicada.</p>			<p>Unidade</p> <p>Medidas de adaptação realizadas por atores estatais e não estatais</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>10</p>	<p>Fontes de verificação:</p> <p>Medidas de adaptação (com impacto/eficácia comprovado) documentadas e sistematizadas, bem como os respectivos processos de apoio do projeto.</p>		
<p>Indicador Outcome 0.1:</p> <p>Número de instrumentos de políticas públicas, novas ou aperfeiçoadas com apoio do projeto no contexto da implementação do PNA, voltados para o enfrentamento da mudança do clima. (idêntico ao indicador padrão de <i>Capacity Policies</i>)</p>																			
<p>Unidade</p> <p>Instrumentos de políticas pública para a adaptação em setores relevantes, estados e municípios selecionados</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>6</p> <p>(com exclusão dos instrumentos de políticas públicas relativos aos Planos Setoriais; estes são considerados no indicador do projeto 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais)</p>																	
<p>Fontes de verificação:</p> <p>Instrumentos de políticas públicas para a adaptação, bem como documentação dos respectivos processos de apoio do projeto, que contribuirão para a sua elaboração.</p>																			
<p>Indicador Outcome 0.2:</p> <p>Número de medidas de adaptação induzidas pelo projeto e replicáveis (sempre quando possível, medidas de adaptação baseada em ecossistemas), que foram realizadas e sistematizadas e cuja eficácia para aumentar a resiliência climática é indicada.</p>																			
<p>Unidade</p> <p>Medidas de adaptação realizadas por atores estatais e não estatais</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo no término do projeto</p> <p>10</p>																	
<p>Fontes de verificação:</p> <p>Medidas de adaptação (com impacto/eficácia comprovado) documentadas e sistematizadas, bem como os respectivos processos de apoio do projeto.</p>																			
<p>4.2.5 Outputs (objetivos específicos do projeto) com indicadores e componentes (atividades)</p>	<p>Output I: O MMA coordena a implementação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima de modo efetivo.</p> <p>Indicadores no âmbito do Output I</p> <table border="1" data-bbox="467 1709 1453 2054"> <tr> <td colspan="3" data-bbox="467 1709 1453 1877"> <p>Indicador I.1:</p> <p>Número de estruturas ou processos, novos ou aperfeiçoados, institucionalizados para o enfrentamento da mudança do clima (indicador padrão <i>Capacity Institutions</i>)</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="467 1877 699 2054"> <p>Unidade</p> <p>Número de estruturas e processos em nível nacional</p> </td> <td data-bbox="699 1877 1002 2054"> <p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p> </td> <td data-bbox="1002 1877 1453 2054"> <p>Valor alvo e data para atingir a meta</p> <p>5 (12/2020)</p> </td> </tr> </table>	<p>Indicador I.1:</p> <p>Número de estruturas ou processos, novos ou aperfeiçoados, institucionalizados para o enfrentamento da mudança do clima (indicador padrão <i>Capacity Institutions</i>)</p>			<p>Unidade</p> <p>Número de estruturas e processos em nível nacional</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo e data para atingir a meta</p> <p>5 (12/2020)</p>												
<p>Indicador I.1:</p> <p>Número de estruturas ou processos, novos ou aperfeiçoados, institucionalizados para o enfrentamento da mudança do clima (indicador padrão <i>Capacity Institutions</i>)</p>																			
<p>Unidade</p> <p>Número de estruturas e processos em nível nacional</p>	<p>Linha de base no início do projeto</p> <p>0</p>	<p>Valor alvo e data para atingir a meta</p> <p>5 (12/2020)</p>																	

Fontes de verificação:

Documentação das estruturas ou processos, novos ou aperfeiçoados, bem como dos respectivos processos de apoio do projeto. Nestes podem ser contabilizados, entre outros: 1) Criação ou aprimoramento e institucionalização de um sistema de monitoramento e avaliação (M&A) da adaptação, 2) Aprimoramento dos mecanismos de coordenação entre os atores da adaptação, 3) Aperfeiçoamento e implementação de uma estratégia de desenvolvimento de capacidades, 4) Desenvolvimento e apoio à implementação de uma estratégia de financiamento, 5) Institucionalização do trabalho de comunicação do PNA.

Indicador I.2:

Número de contribuições do projeto em fóruns internacionais de adaptação.

Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
Número de apresentações do projeto (apresentações, pôsteres, artigos, etc.) em fóruns internacionais	0	6 (12/2020)

Fontes de verificação:

Documentação das apresentações em fóruns internacionais de relevância (por exemplo UNFCCC NAP Expo, Adaptation Futures Conference, NAP Global Network, COPs), descrição do público atingido e respectivos acompanhamentos (*Follow-Ups*).

Atividades no âmbito do Output I

Componente (AP I): Fortalecimento da coordenação, dos processos centrais de apoio à agenda nacional de adaptação à mudança do clima, bem como da disseminação internacional das experiências nacionais.

Atividades AP 1 (execução: GIZ e MMA, assim como *think tanks* nacionais, instituições de pesquisa e empresas especializadas):

- 1.1. Institucionalização da estrutura de governança do projeto em conjunto com os parceiros selecionados no âmbito dos componentes II e III, assim como assegurar o aproveitamento das sinergias entre estes componentes (p.ex., intercâmbio sobre abordagens metodológicas entre os Outputs 2 e 3);
- 1.2. Apoio à coordenação dos atores da adaptação relevantes (em nível nacional até local) para a agenda nacional de adaptação à mudança do clima e, particularmente, a implementação do Plano Nacional de Adaptação (PNA) (desenvolvimento de mecanismos de articulação institucionalizados e protocolos de intercâmbio;
- 1.3. Desenvolvimento / aprimoramento e institucionalização de um sistema de monitoramento e avaliação (M&A) para o PNA (dependendo da data de início do projeto, já serão apoiados desenvolvimentos metodológicos com o projeto IKI Planos Setoriais 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais);
- 1.4. Apoio à concretização e implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades do PNA para os principais atores da adaptação;
- 1.5. Compilação de medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) bem como de evidências de suas vantagens em comparação com medidas de infraestrutura cinza para utilização e disseminação em todos os demais componentes e disponibilização para os atores da adaptação (em articulação estreita com o projeto Mata Atlântica);;
- 1.6. Apoio ao acesso a fontes de financiamento nacionais e internacionais para

a adaptação por meio da elaboração de uma estratégia de financiamento para adaptação (em estreita articulação com o projeto IKI Planos Setoriais 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais);

- 1.7. Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação do projeto e apoio à comunicação nacional e internacional sobre o PNA brasileiro;
- 1.8. Apoio ao processo de desenvolvimento de critérios nacionais de vulnerabilidade, assim como à sua aplicação, visando subsidiar a priorização política (p.ex.: regiões, grupos específicos da sociedade, etc.).
- 1.9. Eventos de troca de experiências / conhecimentos na implementação do PNA (tanto nacional-regional-local como também Sul-Sul / Sul-Norte), por exemplo, por meio de viagens de estudo para a Europa;
- 1.10. Apoio à inserção das experiências brasileiras em fóruns internacionais sobre adaptação (eventos internacionais relevantes).
- 1.11. Apoio à avaliação das lições aprendidas na implementação da agenda nacional de adaptação e à possível revisão (vinculada aos resultados da atividade 1.3)

Marcos no âmbito do Output I

M 1.1.: A proposta elaborada de um sistema de M&A foi apresentada ao comitê gestor do PNA (03/2017)

M 1.2.: A estratégia de desenvolvimento de capacidades está disponível (08/2017)

Output II: Nas políticas e estratégias dos ministérios setoriais e de estados e municípios são considerados os riscos climáticos e medidas de adaptação inovadoras são implementadas em nível local.

Indicadores no âmbito do Output II

Indicador II.1: Número de processos de apoio em setores, estados e municípios selecionados, voltados para abordagens replicáveis de transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima.

Unidade	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
Número de processos de apoio	0	No total pelo menos 8 – entre estes pelo menos 2 por setor, estado e município (12.2020)

Fontes de verificação:

Documentação dos processos de apoio (p.ex., atividades 2.2 – 2.7) do projeto em 2 setores, 2 estados e 2 municípios que contribuem para a transversalização da adaptação.

Atividades no âmbito do Output II

Componente (AP II): Transversalização e adaptação concreta nos três níveis de governo (execução: ministérios setoriais, estados, municípios e GIZ, *think tanks* nacionais, instituições científicas e empresas especializadas)

- 2.1. Desenvolvimento de critérios para colaboração do projeto com ministérios setoriais, estados e municípios;
- 2.2. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação nos três níveis de governo, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
- 2.3. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
- 2.4. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos)

tos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;

- 2.5. Realização de análise dos pontos de entrada (*entry points*) para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivo existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos / medidas de adaptação nos respectivos processos;
- 2.6. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas nos três níveis de governo, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
- 2.7. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal, conforme demanda;
- 2.8. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis, conforme demanda;
- 2.9. Eventos regulares para troca de experiências (vide atividade 1.9);
- 2.10. Disponibilização das experiências e produtos do Output II, conforme estratégia de comunicação desenvolvida no âmbito do Output I (vide atividade 1.7).

Marcos no âmbito do Output II

M 2.1.: Definição de um processo e catálogo de critérios para a seleção dos parceiros de projeto em nível de ministérios setoriais, estados e municípios (12/2016)

M 2.2.: Seleção dos parceiros do projeto (03/2017).

M 2.3.: Levantamento da demanda dos parceiros e definição das atividades concretas a serem realizadas, principalmente em relação às atividades 2.3 - 2.8 (09/2017).

O detalhamento das atividades 2.3 a 2.8, acima mencionadas, depende fortemente das demandas e dos respectivos planejamentos dos parceiros a serem selecionados.

Output III: Atores do setor privado e da sociedade civil brasileira estão sensibilizados para as oportunidades e riscos da mudança do clima e fazem uso de opções de adaptação.

Indicadores no âmbito do Output III

Indicador III.1: Pelo menos 2 estratégias para a sensibilização do setor privado e da sociedade civil quanto a oportunidades e riscos da mudança do clima estão desenvolvidas e em fase de implementação por atores selecionados.

Unidade Estratégia	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
	0	2 (01/2020)

Fontes de verificação:

Estratégias e documentação dos processos de apoio do projeto para sua respectiva implementação.

Indicador III.2: Em pelo menos 2 empresas privadas são aplicados métodos de gestão de riscos climáticos como medida piloto, que resultam em medidas de adaptação.

Unidade Métodos aplicados	Linha de base no início do projeto	Valor alvo e data para atingir a meta
	0	2 (12/2020)

Fontes de verificação:

Documentação da aplicação dos métodos de gestão de riscos climáticos em pelo menos 2 empresas.

Atividades no âmbito do Output III

Componente (AP III): Sensibilização do setor privado e da sociedade civil quanto às oportunidades e aos riscos da mudança do clima (execução: GIZ, associações do setor privado, ONGs, *think tanks* nacionais, instituições científicas e empresas especializadas)

- 3.1. Seleção das instituições do setor privado e possivelmente outras instituições da sociedade civil, com as quais o projeto irá colaborar;
- 3.2. Elaboração de estudos sobre riscos e oportunidades da mudança do clima para o setor privado e sociedade civil;
- 3.3. Realização de análise dos incentivos e barreiras para a adaptação do setor privado e da sociedade civil;
- 3.4. Realização de análise de rentabilidade de medidas de adaptação do setor privado;
- 3.5. Promoção da discussão sobre as estratégias do setor privado e da sociedade civil, desenvolvidas de maneira participativa, relacionadas às oportunidades e riscos da mudança do clima e medidas resultantes;
- 3.6. Fomento, sob demanda, de medidas selecionadas das estratégias desenvolvidas na atividade 3.5;
- 3.7. Promoção de atividades para a sensibilização do setor privado e da sociedade civil;
- 3.8. Realização como medida piloto de abordagens da gestão de risco climático no setor privado;
- 3.9. Apoio à realização de fóruns para promover o diálogo sobre temas relacionados à mudança do clima entre atores do setor público, da sociedade civil e da comunidade acadêmica;
- 3.10. Apoio ao estabelecimento de alianças no setor privado e na sociedade civil voltadas para o tema.

As atividades deste componente dependem, em parte, das medidas priorizadas nas respectivas estratégias.

Marcos no âmbito do Output III

M 3.1: Definição do processo e do catálogo de critérios para a seleção dos parceiros de projeto no setor privado e na sociedade civil (12/2016)

M 3.2: Ao menos quatro estudos/análises estarão disponíveis (12/2018)

4.2.6. Indicadores padrão para o levantamento agregável dos impactos

Indicadores de ação

AM (*Action Mitigation*): Redução das emissões de gases de efeito estufa e ampliação dos sumidouros de carbono na região do projeto/programa

Unidade	Linha de base Início do projeto	Valor alvo para toda a vida útil de uma ação (também após a duração do projeto)
t CO ₂ eq		MM.AAAA até MM.AAAA

Justificativa (1) (para a aplicabilidade, os valores-alvo até o término do projeto / para toda a vida útil do indicador-padrão) e sua verificação (2):

(1)

(2)

AP (*Action People*): Número de pessoas apoiadas diretamente pelo projeto quanto à adaptação aos efeitos da mudança do clima ou à conservação do ecossistema

Unidade	Valor alvo Término do projeto
Número de pessoas	Será informado no relatório intermediário do projeto para o ano de 2017
Participação de mulheres em %	Será informado no relatório intermediário do projeto para o ano de 2017

Justificativa (1) (para a aplicabilidade e o valor-alvo do indicador padrão) e sua verificação (2):

- (1) Espera-se que um elevado número de pessoas seja beneficiado por iniciativas de adaptação iniciadas pelo projeto. O número exato dependerá das iniciativas de adaptação a serem selecionadas.
- (2) Não é possível fornecer esta informação neste momento.

AE (*Action Ecosystems*): Área dos ecossistemas que será melhorada ou protegida através das ações do projeto.

Unidade	Valor alvo Término do projeto
ha	Será informado no relatório intermediário do projeto para o ano de 2017
km (litoral)	Será informado no relatório intermediário do projeto para o ano de 2017

Justificativa (1) (para a aplicabilidade e o valor-alvo do indicador padrão) e sua verificação (2):

- (1) Considera-se que, através do apoio a medidas de AbE, (vide AP I e II, bem como o indicador Outcome 02) o projeto contribuirá para a conservação de ecossistemas. Porém presume-se que isto só poderá ser avaliado no relatório intermediário para o ano de 2017.
- (2) Não é possível fornecer esta informação neste momento. *Presume-se que isto só poderá ser avaliado no relatório intermediário para o ano de 2017.*

Especifique as ações do projeto específicas para os ecossistemas, como: (é possível marcar mais de uma opção) também será informado posteriormente

- Recuperação de ecossistemas
- Criação ou ampliação de uma unidade de conservação
- Aperfeiçoamento da gestão de uma unidade de conservação
- Florestamento
- Desmatamento reduzido
- Outros:

Em caso de ações voltadas para unidades de conservação, especifique o tipo de unidade de conservação segundo critérios IUCN³ como:

- Reserva natural estrita (*Strict Nature Reserve*)
- Área selvagem (*Wilderness Area*)
- Parque nacional (*National Park*)

³Mais informações em:

http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_quality/gpap_pacategories/.

- Monumento natural (*Natural Monument*)
- Área de proteção do habitat / de espécies (*Habitat/Species Management Area*)
- Paisagem/zona marinha protegida (*Protected Landscape/Seascape*)
- Unidade de conservação com manejo de recursos (*Managed Resource Protected Area*)

Indicadores de capacidade

CP (*Capacity Policies*): Número de políticas públicas, novas ou aperfeiçoadas, para o enfrentamento da mudança do clima.

Unidade	Valor alvo Término do projeto
Número de instrumentos políticos para a adaptação	6 Nível: <input type="checkbox"/> global/regional <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input checked="" type="checkbox"/> subnacional <input checked="" type="checkbox"/> local

Justificativa (1) (para a aplicabilidade e o valor-alvo do indicador padrão) e a sua verificação (2), bem como informações adicionais (3), caso vários níveis sejam atingidos:

(1) A agenda brasileira de adaptação à mudança do clima, bem como especialmente o PNA, segue uma forte abordagem de transversalização (*mainstreaming*). Neste sentido, a visão do PNA é: Todos os setores de políticas públicas, considerados vulneráveis aos impactos da mudança do clima, dispõem de estratégias estruturadas para a gestão de risco climático. Assim, é de grande interesse do MMA preparar as políticas públicas em nível nacional (setorial e, se for o caso, também suprassetorial), estadual e municipal para os impactos da mudança do clima. Espera-se que isso se reflita no sistema de monitoramento do PNA. Até o momento, as ponderações com relação ao valor alvo considera duas políticas setoriais, duas políticas estaduais e duas políticas municipais.

(2) Instrumentos políticos de maior abrangência, que consideram conteúdos de adaptação, e documentação dos processos de apoio do projeto.

(3) Os 6 instrumentos políticos aqui consideradas não incluem, de maneira explícita, os instrumentos políticos dos Planos Setoriais; estes são considerados no indicador da proposta 15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais.

Estimativa de alcance do *Policy Framework*:

- Gases de efeito estufa que serão reduzidos/evitados: [t CO_{2eq}.] até 20 [ano]
- Pessoas alcançadas : [Número] até 20 [ano]
- Área de ecossistemas que deverá ser melhorada/protegida: [ha] até 20 [ano]

Justificativa do alcance e do valor alvo:

Uma estimativa precisa do número de pessoas a serem alcançadas ainda não pode ser feita neste momento, pois o alcance depende dos *instrumentos políticos* escolhidos. Uma concretização pode ser feita no âmbito dos relatórios intermediários.

CI (*Capacity Institutions*): Número de estruturas ou processos, novos ou aperfeiçoados, institucionalizados para o enfrentamento da mudança do clima e/ou conservação da diversidade biológica.

Unidade	Valor alvo Término do projeto
Número de	5

	<p>estruturas e processos</p> <p>Nível: <input type="checkbox"/> global/regional <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input type="checkbox"/> subnacional <input type="checkbox"/> local</p> <p>Ator que utiliza: <input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input type="checkbox"/> do setor privado <input type="checkbox"/> da sociedade civil</p>				
<p><i>Justificativa (1) (para a aplicabilidade e valor-alvo do indicador padrão) e sua verificação (2), bem como informações adicionais (3), caso vários níveis/atores sejam atingidos:</i></p> <p>(1) No Output 1, as capacidades institucionais de coordenação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima, principalmente do PNA, devem ser fortalecidas. Para isso apoia-se o desenvolvimento/aprimoramento de processos institucionais, entre os quais estão os 5 seguintes: 1) Criação ou aprimoramento e institucionalização de um sistema de monitoramento e avaliação (M&A) da adaptação, 2) Aprimoramento dos mecanismos de coordenação entre os atores da adaptação, 3) Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de desenvolvimento de capacidades, 4) Desenvolvimento e apoio à implementação de uma estratégia de financiamento, 5) Institucionalização do trabalho de comunicação do PNA. O indicador I.1 é idêntico ao indicador CI.</p> <p>(2) A verificação pode ser feita com base na documentação dos processos e estruturas aperfeiçoados e institucionalizados.</p> <p>(3)</p>					
<p>Estimativa do alcance das estruturas e processos:</p> <p><input type="checkbox"/> Gases de efeito estufa que serão reduzidos/evitados: [t CO_{2eq.}] até 20</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pessoas alcançadas: 2850 até 2021</p> <p><input type="checkbox"/> Área de ecossistemas que deverá ser melhorada/protegida: [ha] até 20</p> <p>Justificativa do alcance e valor alvo: Com as respectivas atividades, estima-se atingir o seguinte número de pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • M&A= 300 (participantes ativos no sistema de M&A) • Melhoria dos mecanismos de coordenação = 500 (pessoas envolvidas nos mecanismos de coordenação) • Estratégia de desenvolvimento de capacidades = 1.000 (pessoas treinadas pelas medidas de desenvolvimento de capacidades) • Estratégia de financiamento = diretamente 50 (pessoas que trabalham diretamente com a estratégia de financiamento – dependendo do sucesso, o número de beneficiados indiretamente será significativamente maior) • Trabalho de comunicação = 1.000 especialistas (que utilizam os produtos de conhecimento) <p>Na medida do crescente volume de informações, no decorrer do projeto o alcance será atualizado nos relatórios intermediários</p>					
<p><input checked="" type="checkbox"/>CM (Capacity Methods): Número de instrumentos metodológicos, novos ou aperfeiçoados, úteis para o enfrentamento da mudança do clima e conservação da diversidade biológica.</p>					
<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="472 1800 676 1836">Unidade</th> <th data-bbox="689 1800 1455 1836">Valor alvo Término do projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="472 1845 676 2080">Número de métodos</td> <td data-bbox="689 1845 1455 2080"> <p>5</p> <p>Nível: <input type="checkbox"/> global/regional <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input checked="" type="checkbox"/> subnacional <input checked="" type="checkbox"/> local</p> <p>Ator que utiliza: <input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input checked="" type="checkbox"/> do setor privado <input checked="" type="checkbox"/> da sociedade civil</p> </td> </tr> </tbody> </table>	Unidade	Valor alvo Término do projeto	Número de métodos	<p>5</p> <p>Nível: <input type="checkbox"/> global/regional <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input checked="" type="checkbox"/> subnacional <input checked="" type="checkbox"/> local</p> <p>Ator que utiliza: <input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input checked="" type="checkbox"/> do setor privado <input checked="" type="checkbox"/> da sociedade civil</p>	
Unidade	Valor alvo Término do projeto				
Número de métodos	<p>5</p> <p>Nível: <input type="checkbox"/> global/regional <input checked="" type="checkbox"/> nacional <input checked="" type="checkbox"/> subnacional <input checked="" type="checkbox"/> local</p> <p>Ator que utiliza: <input checked="" type="checkbox"/> do setor público <input checked="" type="checkbox"/> do setor privado <input checked="" type="checkbox"/> da sociedade civil</p>				

	<p>Justificativa (1) (para a aplicabilidade e valor alvo do indicador padrão) e sua verificação (2), bem como informações adicionais (3), caso vários níveis/atores sejam atingido:</p> <p>(1) Particularmente nos Outputs 2 e 3, diversas abordagens metodológicas são desenvolvidas, aprimoradas e testadas como piloto; estas são importantes para a disponibilização de informações relevantes para a tomada de decisão e para a operacionalização de abordagens de gestão de risco. Após a realização exitosa de testes piloto, estas abordagens metodológicas deverão passar por uma ampliação de escala (<i>upscaling</i>) no âmbito do PNA. Dependendo da demanda dos parceiros, podem ser consideradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análises de impacto e vulnerabilidade; • Análises de custo/benefício da adaptação; • Análise de pontos de entrada para a adaptação; • Análises de riscos e oportunidades da mudança do clima para o setor privado e a sociedade civil; • Análise de incentivos e barreiras para a adaptação no setor privado e na sociedade civil; • Análises de rentabilidade das medidas de adaptação no setor privado; • Diversas abordagens de gestão de riscos climáticos. <p>Como as aplicações e upscaling dos métodos dependem de demandas dos parceiros, identificadas durante a implementação do projeto, o valor alvo será atualizado no âmbito do relatório intermediário, se for o caso.</p> <p>(2) A verificação pode ser feita com base na documentação dos instrumentos metodológicos novos ou aperfeiçoados</p> <p>(3) Como apresentado acima, os instrumentos metodológicos visam diferentes grupos-alvo. Eventualmente, os instrumentos não precisam ser aperfeiçoados ou desenvolvidos para todos os casos, p.ex. quando os instrumentos já disponíveis atendem aos requisitos e não seriam considerados neste indicador.</p> <p>Estimativa de alcance dos métodos/instrumentos:</p> <p><input type="checkbox"/> Gases de efeito estufa que serão reduzidos/evitados: [t CO_{2eq.}] até 20 [ano]</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pessoas apoiadas: 500 até 2021</p> <p><input type="checkbox"/> Área de ecossistemas que deverá ser melhorada/protegida: [ha] até 20 [ano]</p> <p>Justificativa do alcance e valor alvo: Os respectivos métodos estão listados acima. Espera-se que por método/instrumento no mínimo 100 pessoas possam ser alcançadas, de forma que possam elas mesmas utilizar os métodos/instrumentos ou seus resultados. O pressuposto é que, por parte dos parceiros selecionados, haja uma necessidade desses métodos nos Outputs 2 e 3. Na medida do crescente volume de informações, no decorrer do projeto o alcance será atualizado nos relatórios intermediários.</p>
4.2.7 Riscos e avaliações	<p><u>Riscos políticos:</u></p> <p>1) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e o PNA estabelecem que o MMA tenha um papel de coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação. Contudo, o êxito na implementação desta agenda tem como pré-requisito que as partes interessadas em nível setorial, estadual e municipal cooperem e contribuam suficientemente para o êxito de sua implementação. (Output 1 e 2)</p> <p>Avaliação do risco: médio</p> <p>Possibilidade de influenciar: baixa</p>

Minimização dos riscos: O projeto irá considerar o interesse pelo tema e o comprometimento político como um dos critérios mais importantes na seleção dos principais parceiros de cooperação nos três níveis de governo. Além disso, quando necessário, o projeto pode auxiliar o MMA na comunicação entre as partes interessadas, aproveitando as relações de trabalho já existentes.

2) Existe o risco de o setor privado mostrar pouca disposição de falar sobre riscos climáticos diante da opinião pública, pois isto poderia ser visto como prejudicial para os negócios. Isto poderia reduzir o potencial de ampliação de escala (*upscale*) do projeto nesta área (Output 3).

Avaliação do risco: médio

Possibilidade de influenciar: média

Minimização dos riscos: Na seleção dos parceiros de cooperação no setor privado, a respectiva disposição de se engajar publicamente nesta área temática será considerada um critério central. Neste componente cabe um cuidado especial com a comunicação e possivelmente também serão usados formatos de diálogo fechado.

3) Mudanças ou a falta de consensos nos debates internacionais para um acordo sobre a mudança do clima podem reduzir o nível de exigência nacional na política sobre mudança do clima no Brasil. Contudo, uma evolução no sentido inverso também seria possível.

Avaliação do risco: baixo, visto que a implementação da agenda nacional de adaptação no Brasil goza, sobretudo, de uma motivação nacional. A discussão internacional está focada em primeira linha no apoio técnico e financeiro, que será prestado através do projeto. (Outputs 1 - 3)

Possibilidade de influenciar: baixa

Minimização dos riscos: O projeto se orienta estritamente pela demanda dos parceiros brasileiros.

Riscos econômicos

4) A situação econômica brasileira atravessa um momento de instabilidade, perdas de receitas devido à recessão já resultaram em 2016 em cortes no orçamento dos parceiros do projeto. Deste modo, o potencial de alavancagem de recursos brasileiros é reduzido. (Output 1-3)

Avaliação do risco: médio

Possibilidade de influenciar: baixa

Minimização dos riscos: Muitas ações do projeto não objetivam mobilizar recursos adicionais, e sim reduzir riscos climáticos em investimentos já efetuados ou planejados nos três níveis de governo. Não obstante, ao menos em parte, esta situação resultará em custos adicionais. Por meio de análises econômicas fundamentada serão feitos esforços para demonstrar a vantagem adicional das medidas de redução do risco climático. Além disso, através da elaboração de uma estratégia de financiamento para a adaptação, prevista no Output 1, espera-se a disponibilização de novos recursos.

Riscos políticos

5) A situação política do Brasil também atravessa um momento de instabilidade. Contra a Presidenta Dilma Rousseff foi aberto um processo de impeachment que levou em meados de maio de 2016 ao seu afastamento por um período de até 180 dias. Michel Temer assumiu as funções e estabeleceu um novo governo de transição que já resultou em mudanças de pessoal no MMA. Na situação atual, não se sabe se Sra. Rousseff será efetivamente impedida pelo Senado de reassumir sua função de Presidente. Portanto, devido às atuais e futuras mudanças de pessoal existe o risco de que novas relações de cooperação deverão ser estabelecidas.

Mesmo assim, neste contexto deve ser considerado como um sinal positivo que a

	<p>importância da agenda política de mudança do clima a nível nacional e internacional foi destacada tanto pelo governo de transição quanto pelo novo ministro do MMA.</p> <p>Avaliação do risco: médio</p> <p>Possibilidade de influenciar: baixa</p> <p>Minimização dos riscos: As relações de trabalho já existentes em nível de trabalho (analistas e gestores do projeto) são muito boas e o PNA já está oficializado por meio de Portaria Ministerial. Como mostrou a atual troca de governo, este nível de trabalho permanece estável e esteve estreitamente integrado na elaboração da proposta de projeto.</p>
<p>4.3 Cobenefícios e salvaguardas</p>	
<p>4.3.1 Contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ecológico (<i>co-benefits</i>)</p>	<p>O projeto contribui para todas as três vertentes do desenvolvimento sustentável.</p> <p>Potenciais prejuízos econômicos causados pela mudança do clima devem ser reduzidos por meio do apoio prestado à agenda nacional de adaptação. As atividades do Output 3 pretendem sensibilizar o setor privado quanto a estas ameaças futuras e mostrar opções de adaptação. Atores individuais ou grupos do setor privado podem, de fato, sofrer desvantagens com os efeitos do projeto: p. ex., custos mais elevados devido às análises de risco climático e às medidas de adaptação, desvantagens devido à maior transparência dos riscos, p. ex., no acesso ao mercado de crédito, formação de preços no mercado imobiliário, etc. Mesmo assim, do ponto de vista macroeconômico, as vantagens dos efeitos previstos pela atuação do projeto são preponderantes devido aos danos evitados, a sustentabilidade econômica está presente.</p> <p>Como o passado já demonstrou no Brasil, catástrofes devido a alterações climáticas têm o potencial para acentuar ainda mais os desequilíbrios sociais existentes no país. Aqui o projeto também poderá demonstrar impactos positivos através da abordagem de minimização de riscos. No âmbito do Output 1, o MMA será apoiado na identificação de populações particularmente vulneráveis. Desta forma, abre-se a possibilidade de atribuir, no âmbito de uma priorização política, recursos limitados especificamente para a adaptação destas populações. Tanto a dimensão social como os aspectos de gênero serão considerados, quando possível, nos instrumentos e análises apoiados pelo projeto. Desta maneira, está dada a contribuição para a sustentabilidade social.</p> <p>Finalmente, através da propagação das medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) também estará sendo prestada uma contribuição para a sustentabilidade ecológica. Possíveis medidas de AbE devem ser sistematizadas pelo projeto e posteriormente disponibilizadas aos tomadores de decisão. Assim, o projeto contribui também para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e, deste modo, para a sustentabilidade ecológica.</p> <p>Em quais vertentes do desenvolvimento sustentável se enquadram os cobenefícios apresentados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> social <input checked="" type="checkbox"/> ecológico <input checked="" type="checkbox"/> econômico</p>
<p>4.3.2 Garantia de padrões sociais e ecológicos (<i>Safeguards</i>)</p>	<p>Na implementação do projeto será garantida a observação das normas sociais e ecológicas. Como as regiões de intervenção serão definidas apenas no decorrer do projeto, ainda não é previsível a ocorrência, ou não, de cooperação com povos indígenas (p.ex. no Output 2).</p> <p>Em todos os três Outputs, o projeto irá contribuir para inclusão da consideração dos riscos climáticos nas políticas de salvaguardas das instituições parceiras.</p>
<p>4.4 Outras características do projeto</p>	

<p>4.4.1 Caráter inovador</p>	<p>O tema da adaptação à mudança do clima ainda é muito recente no Brasil. Contudo, ao longo dos últimos anos a necessidade de adaptação ficou cada vez mais evidente, levando o governo brasileiro a iniciar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação (PNA). Já houve muitas discussões sobre o tema nos três níveis de governo, tendo sido definidos objetivos para cada estratégia setorial. Entretanto, ainda existem muitas questões em aberto acerca de como o Plano e seus objetivos serão implementados. É exatamente neste ponto que o projeto pretende centrar sua contribuição, fornecendo a necessária experiência de implementação tanto em relação aos instrumentos políticos (p. ex. estratégias de adaptação dos setores e estados), aos processos de mudança institucional (M&A da adaptação, mecanismos de coordenação entre diferentes níveis de governo) e às abordagens metodológicas (análises econômicas, métodos de gestão de risco climático). Neste processo o projeto baseia-se nas experiências internacionais e procura aprimorar as abordagens.</p> <p>Pretende-se executar projetos piloto em setores, estados e municípios selecionados, bem como no setor privado e na sociedade civil, para desenvolver, aperfeiçoar e testar abordagens e métodos de adaptação que poderão ser reproduzidos em todo o país. Como em outras áreas de cooperação no campo da mudança do clima e biodiversidade, espera-se gerar aqui um grande potencial de inovação com efeito irradiador para o plano internacional (p. ex. nos países lusófonos, na América Latina e no Caribe). Em função do seu papel ativo nas redes globais (p. ex., NAP Global Network, participação na NAP Expo), o Brasil continuará a disponibilizar suas experiências para outros países.</p>
<p>4.4.2 Ambição e caráter transformador</p>	<p>Os impactos esperados, e em parte já evidentes, da mudança do clima no Brasil requerem uma avaliação das políticas, estratégias, processos de planejamento e de análise, etc., em todos os níveis de governo, no setor privado e na sociedade civil. Para prevenir riscos futuros, devem-se considerar sistematicamente os riscos climáticos. Para criar potenciais benefícios, é preciso identificar as oportunidades da mudança do clima. No futuro não será mais possível considerar o clima histórico conhecido como base segura para o planejamento.</p> <p>Portanto, as alterações descritas requerem uma mudança de paradigmas direcionada para uma via de desenvolvimento resiliente à mudança do clima. Esta é descrita na agenda nacional de adaptação e, especialmente, no Plano Nacional de Adaptação (PNA). O projeto contribui para realizá-la através do trabalho conjunto com os mais importantes <i>stakeholders</i> no governo, setor privado e sociedade civil. Experiências piloto importantes serão criadas e avaliadas para torná-las aplicáveis além das regiões piloto do projeto.</p>
<p>4.4.3 Garantia de sustentabilidade após o período de fomento</p>	<p>O projeto desenvolve, sistematicamente, capacidades para implementar com sucesso a agenda nacional de adaptação do Brasil. As análises e processos de sensibilização conduzirão, em médio e longo prazo, a uma redefinição das necessidades de adaptação. A abordagem de transversalização (<i>mainstreaming</i>) aplicada consolida uma gestão de risco climático diretamente nas estruturas institucionais dos parceiros de projeto. Além disso, o PNA também pode fazer uso dos instrumentos financeiros existentes da Política Nacional sobre Mudança do Clima no Brasil, como p.ex.o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, bem como de instrumentos internacionais como o GCF (<i>Green Climate Fund</i>). Neste âmbito o projeto dá suporte ao desenvolvimento de uma estratégia de financiamento (Output 1).</p>
<p>4.4.4 Visibilidade do projeto</p>	<p>As experiências e resultados do projeto devem ser inseridos na discussão nacional, regional e internacional.</p> <p>É estabelecida uma estratégia de comunicação para o PNA. O MMA irá informar regularmente sobre a política nacional de adaptação. Além disso será elaborada uma estratégia de comunicação conjunta do projeto para demonstrar os avanços e impactos alcançados.</p> <p>De modo geral, em função do tamanho e da posição de liderança econômica do Brasil, suas políticas e abordagens despertam um interesse especial na região. Isto também será válido para a política de adaptação.</p> <p>Internacionalmente o Brasil já está ativo nos respectivos foros de intercâmbio sobre</p>

	temas de adaptação e irá inserir as experiências do projeto nestes foros (p. ex., NAP Global Network, participação na NAP Expo).
4.4.5 Mecanismos para a mobilização de investimentos privados em medidas de proteção do clima e da biodiversidade	Através da sensibilização de empresas do setor privado sobre os riscos climáticos e a apresentação de opções de adaptação (Output 3), quando economicamente sensato elas irão disponibilizar recursos adicionais para a minimização de riscos. Ademais será apoiada uma estratégia de financiamento para a adaptação (Output 1), voltada para a mobilização de recursos nacionais e internacionais de fontes públicas (Fundo Clima do Brasil, GCF, etc.) ou privadas para a adaptação à mudança do clima.

5 Interação com projetos da cooperação internacional e outros aspectos relevantes	
5.1 Sinergias e relações com outros projetos e setores relevantes (da cooperação alemã e internacional)	<p>O projeto irá cooperar estreitamente com outros projetos em andamento da cooperação Brasil-Alemanha, assim como projetos regionais e globais.</p> <p>O projeto está ligado diretamente ao apoio prestado na fase de elaboração do PNA (linha de trabalho do projeto do BMUB “15_I_205_BRA_G_Planos Setoriais”; em fase de comissionamento). As atividades de adaptação no âmbito do projeto Planos Setoriais serão focadas na transversalização nos Planos Setoriais brasileiros. No âmbito do presente projeto o foco será a transversalização em outras políticas, planos e programas (Indicador Outcome 0,1) – vide também o relato da reunião com o BMUB do dia 12/02/2016.</p> <p>Adicionalmente o projeto irá colaborar estreitamente com o projeto regional IKI IPACC II e suas atividades previstas no Brasil (15_II_125_PER_G_Adaptação de Investimentos Públicos), que provavelmente terá como parceiro o Ministério da Fazenda e do Planejamento. No âmbito desta colaboração serão aproveitadas, sobretudo, as sinergias na área de abordagens metodológicas.</p> <p>Uma das prioridades do MMA é a elaboração e disseminação de conhecimento científico, técnico e tradicional sobre o risco climático. Por isso o Brasil será um dos países parceiros no projeto global Serviços Climáticos Aprimorados para Investimentos em Infraestrutura (CSI 16_II_143_Global_G_Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura). As atividades da iniciativa global serão estreitamente articuladas junto ao presente projeto.</p> <p>Este também estará em estreita articulação e aproveitará sinergias do projeto Knowledge Hub, que está sendo desenvolvido pelo MMA e o GVces da Fundação Getúlio Vargas, financiado pela Embaixada Britânica. O objetivo da iniciativa é desenvolver uma plataforma de conhecimento sobre a adaptação à mudança climática para o setor privado e a sociedade civil.</p> <p>Na área de transversalização da AbE são aproveitadas as sinergias com o projeto bilateral IKI “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” (12_IV+_013_BRA_G_Mata Atlântica III), bem como com o projeto global IKI “Mainstreaming AbE – Fortalecimento da Adaptação baseada em Ecossistemas nos Processos de Planejamento e de Tomada de Decisão” (14_II_117_Global_G_Rede de Conhecimentos AbE Transversalização). O projeto fará uso e desenvolverá os produtos desenvolvidos por estes projetos e participará nos formatos de troca de conhecimentos.</p> <p>Outros projetos IKI trabalham especificamente com dois dos setores mencionados no PNA e o projeto colaborará estreitamente com estes. 1) Cidades: Projeto “Desenvolvimento Urbano Sustentável” (16_I_287_BRA_G_Desenvolvimento Urbano Sustentável). Este projeto apoiará, entre outros, a implementação do PNA no setor de cidades. No centro da colaboração será muito provavelmente a consideração dos riscos climáticos nos processos de planejamento. 2) Zonas costeiras: Projeto “TerraMar” (14_IV_043_BRA_G_Biodiversidade Marinha). Neste projeto trata-se, sobretudo, de dar impulsos para a implementação do PNA em zonas costeiras.</p> <p>Na cooperação com o setor privado, o projeto irá atuar em estreita colaboração</p>

	<p>com o projeto IKI “TEEB” (11_IV+_006_BRA_G_Conservação da biodiversidade_atuação empresarial), assim como com dois projetos apoiados pelo Ministério Federal da Cooperação e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ): “Fortalecimento da Capacidade do Setor Privado para a Adaptação à Mudança do Clima (12/2013 – 06/2018) e “<i>Emerging Market Sustainability Dialogues</i>” (10/2014 – 12/2016). Nas temáticas relevantes para a biodiversidade também serão aproveitadas sinergias com o novo projeto regional “ Unidades de Conservação Locais” (13_IV+_034_LAC_G_Unidades de Conservação Locais).</p> <p>Em nível internacional o projeto também poderá avaliar, em conjunto com o MMA, a possibilidade de intercambiar experiências com outros projetos da cooperação alemã no âmbito da IKI, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Adaptação Baseado em Risco (Risk-NAP) Tailândia (15_II_124_THA_G_Plano Nacional de Adaptação Baseado em Risco) • Granada – Programa Piloto para Estratégias de Adaptação Integrativas (11_II+_007_GRD_G/M_País piloto) • Mali – Programa Piloto para Estratégias de Adaptação Integrativas (11_II+_006_MLI_G/M_País piloto) • Apoio aos Países em Desenvolvimento na Integração de Setores Agrários nos Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) (14_II_118_Global_M_Integrando Agricultura em PNAs) • Apoio com Base Científica aos Processos de PNA em Países LDC [Least Developed Countries] da África subsaariana francófona (15_II_135_Afrika_G_Apoio aos Plano Nacionais de Adaptação) <p>Para o intercâmbio em nível internacional sobre planos nacionais de adaptação, o projeto visa aproveitar sinergias com o <i>NAP Global Network</i> (Brasil é membro ativo) através do Projeto Setorial Mudança do Clima da GIZ (07/2014 – 06/2017), financiado pelo Ministério Federal da Cooperação e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), assim como com a <i>NAP Expo</i> e, eventualmente, com o Grupo de Especialistas em Países Menos Desenvolvidos (<i>LDC Expert Group</i>) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.</p>
<p>5.2 Gestão do conhecimento nos projetos IKI</p>	<p>A melhoria da gestão do conhecimento na área da adaptação é o objetivo explícito do Plano Nacional de Adaptação (PNA), sob a liderança do MMA. O projeto apoiará o MMA nos respectivos esforços. Quanto à disponibilização de informações climáticas, está prevista uma estreita cooperação com o Projeto Global (CSI 16_II_143_Global_G_Serviços <i>Climáticos</i> para Investimentos em Infraestrutura), em cuja plataforma de conhecimentos as informações também serão inseridas (por exemplo, <i>Adaptation Community</i>). Analogamente, isto vale também para o projeto global IKI “<i>Mainstreaming AbE – Fortalecimento da Adaptação baseada em Ecossistemas nos Processos de Planejamento e de Tomada de Decisão</i>”. As lições aprendidas individuais também serão inseridas nos processos de intercâmbio regionais, os quais são impulsionados através do projeto IPACC II (15_II_125_PER_G_Adaptação de Investimentos Públicos).</p> <p>A disponibilização de informações e lições aprendidas é um pré-requisito fundamental para a ampliação de escala (<i>upscaling</i>) das experiências do projeto. Além das mídias online serão utilizados diversos formatos de intercâmbio entre os níveis de governança, tanto vertical quanto horizontalmente (vide Output 1, nos pontos de interseção com os Outputs 2 e 3). Além disso, está previsto um intercâmbio Sul-Sul, bem como Sul-Norte.</p> <p>O coordenador do projeto é responsável pela gestão do conhecimento.</p>
<p>5.3 Esclarecimentos sobre recursos próprios / recursos de terceiros / doações de terceiros</p>	<p>Não estão previstos recursos próprios / recursos de terceiros / doações de terceiros</p> <p>No total, os recursos da contrapartida brasileira para o projeto somam 2.000.000 Euros. Estes consistem na disponibilização de recursos humanos / pessoal para a implementação do projeto, disponibilização de espaços, pagamento de custos relacionados à comunicação, transporte e viagens, assim como cofinanciamento de eventos (oficinas, cursos, etc.). Também é considerado, como contrapartida, o oferecimento de estudos e materiais que contribuem para os objetivos do projeto. Finalmente, as atividades do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo</p>

	<p>Clima) que contribuem para as atividades do projeto também são consideradas como recursos da contrapartida brasileira, assim como a disponibilização de recursos dos parceiros nos diferentes níveis de governo, p.ex. para a implementação de medidas de adaptação.</p>
<p>5.4 Outros aspectos relevantes</p>	<p>Em vista da importância que o tema da adaptação à mudança do clima ganhou ao longo dos últimos anos no Brasil (p.ex., referência de destaque nos INDCs), o país tem reiterado ao governo alemão seu interesse em cooperar mais estreitamente na área de adaptação. É nesse contexto que o presente projeto foi selecionado no dia 17 de agosto de 2015 em Brasília pelo “<i>Brazilian-German Joint Selection Board for Projects within the International Climate Initiative</i>”.</p> <p>Nos Outputs 1 a 3 o projeto irá trabalhar em escala considerável (1.000.000 Euros) com subcontratados preferencialmente nacionais, que serão identificados por meio de licitações. As atividades podem ser, p.ex.: desenvolvimento de métodos, estudos e análises, medidas de sensibilização, etc. Potenciais subcontratados podem ser <i>think tanks</i>, como p.ex. a Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de instituições científicas ou empresas de consultoria.</p> <p>Caso durante a implementação do projeto os parceiros necessitem ser apoiados por meio de contratos de financiamento, o projeto submeterá uma proposta de modificação do projeto em tempo hábil ao BMUB, a fim de solicitar a respectiva aprovação.</p> <p>Devido aos demorados processos de articulação do Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica, a implementação rápida desejada pelo MMA pode sofrer atrasos consideráveis (o início da implementação está planejado para ocorrer ainda em 2016). Isso seria problemático devido ao curto período de implementação do PNA, de quatro anos (já iniciado em Maio de 2016). Haveria o risco de que algumas atividades específicas do projeto não possam ser implementadas conforme estabelecido. Os últimos dois meses de vigência são destinados à conclusão administrativa do projeto, neste período não há atividades previstas.</p>

Anexo 1:

Parceiros de execução / subcontratados		
1. Parceiro de execução / subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução Nome Departamento CEP, Local País Instituição Natureza jurídica Número total de funcionários Equipe do projeto Ano de fundação Movimentação de recursos [Euros/ano] Experiência na região alvo [anos] Experiência nas atividades relevantes para o projeto [anos]	<input type="checkbox"/> Subcontratado Ministério do Meio Ambiente Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental 70068-900 Brasília / DF Brasil Órgão público Instituição estatal Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Aproximadamente 4.100 6 funcionários do MMA (conforme a área temática, dedicação não integral) Novembro de 1992 Aproximadamente 1,2 bilhões de Euros (2007) 40 anos Aproximadamente 3
2. Parceiro de execução / subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução Nome Departamento CEP, Local País Instituição Natureza jurídica Número total de funcionários Equipe do projeto Ano de fundação Movimentação de recursos [Euros/ano] Experiência na região alvo [anos] Experiência nas atividades relevantes para o projeto [anos]	<input type="checkbox"/> Subcontratado No mínimo 2 ministérios setoriais, 2 estados e 2 municípios a serem selecionados Órgão governamental Instituições estatais Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
3. Parceiro de execução / subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução Nome	<input type="checkbox"/> Subcontratado No mínimo 1 rede privada a ser selecionada entre

		as chamadas Iniciativas Empresariais em Clima
	Departamento CEP, Local País Instituição Natureza jurídica Número total de funcionários Equipe do projeto Ano de fundação Movimentação de recursos [Euros/ano] Experiência na região alvo [anos] Experiência nas atividades relevantes para o projeto [anos]	[Escola superior / instituição de pesquisa, ONG, empresa, instituição financeira, instituição internacional / multilateral, organização executora federal] Utilidade pública: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
4. Parceiro de execução / subcontratado	<input checked="" type="checkbox"/> Parceiro de execução Nome Departamento CEP, Local País Instituição Natureza jurídica Número total de funcionários Equipe do projeto Ano de fundação Movimentação de recursos [Euros/ano] Experiência na região alvo [anos] Experiência nas atividades relevantes para o projeto [anos]	<input type="checkbox"/> Subcontratado Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) e eventualmente outras associações da sociedade civil Brasil Rede formada por escolas superiores / instituições de pesquisa, ONGs, empresas, instituições financeiras, instituições estatais Associação de diversas instituições Utilidade pública: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não A estrutura associativista não permite afirmações A ser definida 2000 Sem dados 16 anos 16 anos
5. Parceiro de execução / subcontratado	<input type="checkbox"/> Parceiro de execução Nome	<input checked="" type="checkbox"/> Subcontratado Os subcontratados serão identificados por meio de licitações. Eles trabalharão sobretudo no âmbito dos Outputs 2 e 3. Em primeira instância, serão considerados <i>think tanks</i> brasileiros, tal como a Fundação Getúlio Vargas, que já dispõem de expe-

	<p>riências de trabalho na área de adaptação à mudança do clima no setor privado e na sociedade civil, assim como no desenvolvimento de instrumentos.</p> <p>Departamento</p> <p>CEP, Local</p> <p>País</p> <p>Instituição</p> <p>Natureza jurídica</p> <p>Número total de funcionários</p> <p>Equipe do projeto</p> <p>Ano de fundação</p> <p>Movimentação de recursos [Euros/ano]</p> <p>Experiência na região alvo [anos]</p> <p>Experiência nas atividades relevantes para o projeto [anos]</p> <p>Escola superior / instituição de pesquisa / fundações, ONGs, empresas de consultoria</p> <p>Utilidade pública: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p>
--	---